



Câmara Municipal de Anadia

ATA N.º 09/2017 EXECUTIVO 2013/2017

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

LOCAL: Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho

DATA: vinte e três de março de dois mil e dezassete

INÍCIO: nove horas e dezanove minutos

ENCERRAMENTO: onze horas e vinte e cinco minutos

O EXECUTIVO É CONSTITUÍDO PELOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES:

PRESIDENTE: Eng.ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso

VEREADORES: Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro

Prof. Litério Augusto Marques

Dr. Jorge António Tavares de São José

Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado (em regime de tempo inteiro)

Eng.º Jorge Eduardo Ferreira Sampaio (Vice-presidente)

Dr.ª Lúcia Filipe Seabra

A Reunião foi secretariada pela Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Dr.ª Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo.

---- Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e dezassete, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, eleita para o quadriénio dois mil e treze/dois mil e dezassete, nesta Cidade e Município de Anadia, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho.-----

---- Presidiu a nona reunião extraordinária de dois mil e dezassete a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Eng.ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso, tendo comparecido os Senhores Vereadores, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Prof. Litério Augusto Marques, Dr. Jorge António Tavares de São José, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, Eng.º Jorge Eduardo Ferreira Sampaio e Dr.ª Lígia Filipe Seabra.-----

---- Secretariou a reunião a Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Dr.ª Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, coadjuvada pela funcionária, Eunice Alexandra Neves Jesus Lopes.-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Eng.ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e dezanove minutos.-----

ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA

---- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENGENHEIRA MARIA TERESA BELÉM CORREIA CARDOSO:**-----

---- **1. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E DEZASSEIS (2016), BEM COMO APRECIÇÃO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DE DOIS MIL E DEZASSEIS, CONFORME O DISPOSTO NOS ARTIGOS 76.º E 77.º, DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO (ESTABELECE O REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS), E DO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE ANADIA:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foram presentes à reunião, para resolução, os documentos mencionados em epígrafe, que se dão como transcritos e são parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- É competência material da Câmara Municipal, prevista na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, elaborar e aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

---- Em cumprimento desse dispositivo legal, foram elaborados os Documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano económico dois mil e dezasseis (2016), em conformidade, respetivamente, com o quadro e código de contas estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua versão atualizada, conjugado com o ponto II da Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção -, do Tribunal de Contas, e ainda com o disposto nos artigos 76.º e 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal submete, assim, à consideração do Executivo Municipal os Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de dois mil e dezasseis

(2016), e a Certificação Legal das Contas de dois mil e dezasseis (2016), bem como o Património do Município de Anadia.-----

---- Propõe, ainda, que o Executivo delibere no sentido de submeter os sobreditos documentos à Assembleia Municipal, para apreciação e votação, em cumprimento do disposto na alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atualizada.-----

---- Numa breve introdução do assunto, a Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por salientar o facto de o documento de prestação de contas em apreciação, referente ao exercício de dois mil e dezasseis, ser o último do género a ser apreciado por aquele Executivo, o qual evidencia um total de dezassete milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, setecentos e oitenta e sete euros e noventa e oito cêntimos (€ 17.472.787,98), de despesa paga, e um total de vinte e cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil, seiscentos e setenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos (€ 25.627.675,84), de receita cobrada, com um resultado líquido de quatrocentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e nove euros e quarenta e quatro cêntimos (€ 425.169,44), que permite, ainda, transitar para o ano dois mil e dezassete um saldo de gerência de oito milhões, cento e cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete euros e oitenta e seis cêntimos (€ 8.154.887,86).-----

---- Constatou, entretanto, que, como todos sabiam, o ano de dois mil e dezasseis, apesar de ter melhorado o resultado, não conseguiram tudo aquilo que desejaram. Isso porque, explicou, trabalharam sempre na expectativa de saber quando poderia haver disponibilidade dos fundos comunitários, qual a incidência desses apoios, como candidatar, e, de facto, só em dois mil e dezasseis ficaram definidos alguns, poucos, critérios que deram a confiança para definir a estratégia a implementar e lhe dar continuidade para alguns investimentos, definindo uns como prioritários, e para os quais tem de haver a respetiva verba que permita fazer face à sua realização.-----

---- Referiu, ainda, que dois mil e dezasseis não deu grandes pistas. Em concreto, na parte escolar, inclui-se apenas o apoio para a requalificação da Escola de Aguim, com duzentos mil euros de comparticipação. No caso da eficiência energética, quer para as Piscinas, quer para a iluminação pública, ainda é aguardada alguma clarificação quanto aos valores e à forma como podem ser conseguidos, e quanto aos critérios de avaliação. Em termos de reabilitação urbana, em que, no âmbito da ARU e do PARU apresentados, conseguiram mais de dois milhões de euros, com a possibilidade, ainda, com o acelerador de investimento, de conseguir um reforço de investimento nesta área, há dias, revelou, já foi comunicado que conseguiram dez por cento de acréscimo face ao valor aprovado no ano anterior, a transitar para dois mil e dezassete, ou até dois mil e dezoito, na medida em que se desconhece quando começarão a pagar a respetiva comparticipação.-----

---- Ainda assim, afirmou que o ano dois mil e dezasseis foi importante porque conseguiram (e já mesmo no final do ano) um bom resultado ao nível da receita arrecadada, isso porque encerraram todas as candidaturas que vinham do QREN, quer do POVT, quer do Mais Centro, e receberam os valores finais, nomeadamente os cinco por cento de cada uma dessas operações. Receberam, também, algumas verbas respeitantes a candidaturas que propuseram em *overbooking*, e, apesar de

tudo, revelou que continuam confiantes, na medida em que outras candidaturas foram feitas e aprovadas, apesar de ainda não terem financiamento garantido, e ficam na expectativa de o vir a conseguir.-----

---- Continuando, transmitiu que, analisando os resultados, concluem que efetivamente, no ano dois mil e dezasseis, tiveram um efetivo aumento de receita, em cento e doze vírgula treze por cento (112,13%), para uma realização de despesa de setenta e seis vírgula quarenta e cinco por cento (76,45%). Nesse exercício, reduziram a dívida bancária, sendo que o saldo em dívida é inferior ao valor apurado de saldo de gerência, o que os pode levar, inclusivamente, a dizer que, naquele momento, poderiam saldar toda a dívida do Município e ainda continuar com saldo positivo, todavia essa decisão bloquearia os investimentos a realizar e os apoios a conceder, rematou. Constatou, ainda, que os indicadores de gestão também evidenciam a capacidade do Município em solver os seus compromissos, concluindo que cresceram em todos os índices de forma significativa, o que se revela uma nota muito positiva.-----

---- Referiu, entretanto, que no documento em apreciação se incluem, também, as contas da empresa "WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, S.A.", onde está apenas a Certificação das Contas apresentada pelos seus Revisores Oficiais de Contas, com as salvaguardas e as respetivas recomendações, situação à qual não são alheios e que se encontra evidenciada na apresentação das contas do Município. É igualmente referida pela equipa de Revisores Oficiais de Contas do Município, que deixam uma ênfase na sua certificação, tal como também deixam a sua opinião com reservas relativamente ao património que foi integrado pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, uma vez que não estão ainda valorizadas todas as infraestruturas que estão ativas, pese embora já estar a ser desenvolvido trabalho na questão do cadastro, que foi adjudicado, adiantou. Assim, reforçou que o levantamento cadastral, quer da parte de água, quer da parte de saneamento, está a ser feito, o qual esperam estar concluído antes do final de dois mil e dezassete, porque, para além de ser uma ferramenta importante, e os resultados que daí advierem também serem importantes para o reflexo das contas do Município, é igualmente um trabalho que é imprescindível ter, na medida em que permite avançar com outro tipo de candidaturas em outras medidas.-----

---- A finalizar, referiu não ter feito considerações sobre as áreas de atividade nas diferentes funções, no período de dois mil e dezasseis, onde ocorreu maior investimento, porque os documentos distribuídos e os dados apresentados expressam bem essa matéria, salientando, contudo, que se destacam as áreas relacionadas com o ordenamento do território, com a parte social dos serviços auxiliares de ensino e ação social, com a cultura, o desporto.-----

---- Apresentada a proposta do Documento "Relatório e Contas dois mil e dezasseis", por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal, e no período de discussão da mesma, foram apresentadas declarações de voto por parte dos Senhores Vereadores, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro e Dr.ª Lúcia Filipe Seabra, em declaração conjunta, e Dr. Jorge António Tavares de São José, e as quais se encontram apenas à presente minuta, para todos os

efeitos legais, e que passam a ser transcritas, pela ordem de intervenção.-----

---- Para uma primeira intervenção, no período de apreciação do Documento, tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, que apresentou a declaração que se passa a reproduzir:-----

---- "Subscrevo a intervenção inicial da Senhora Presidente. Não deixo, no entanto, de tecer alguns comentários, para destacar alguns pontos que considero essenciais. Em primeiro lugar, registar a excelente execução orçamental do exercício de 2016, correspondente a 76,45%, do total do valor orçamentado para a despesa, execução esta que supera mesmo a do ano passado, que por sua vez já tinha sido a maior de há muitos anos a esta parte, destacando-se ainda que na parte da receita atinge mesmo o valor total de 112%. Ou seja, mais uma vez a receita arrecadada superou folgadoamente a previsão estimada.-----

---- Depois, registo nova redução do endividamento bancário, neste caso em mais de 1 milhão de euros. Confirma-se, portanto, uma contínua e consistente redução da dívida bancária que ascende no momento a apenas cerca de 5 milhões de euros. Valor este, inferior ao saldo de gerência e quase quatro vezes inferior à despesa anual realizada.-----

---- Voltámos a melhorar os indicadores económico-financeiros.-----

---- A conjugação destes pontos facilmente leva a concluir pela excelência da gestão financeira do Município de Anadia.-----

---- Temos um *superavit* de mais de € 8 milhões de euros, não só justificado pela inclusão do saldo da gerência anterior, porque também justificado em grande parte com o reforço do saldo positivo deste ano de 2016, em que uma vez mais a receita foi claramente superior à despesa, como já disse atrás.-----

---- Com esta execução orçamental fica também demonstrada a grande capacidade em concretizar os investimentos que foram considerados necessários em sede do orçamento de 2016.-----

---- Destaca-se o forte incremento no investimento realizado na proteção do meio ambiente, onde justificadamente se incorpora os resíduos sólidos e que perfaz cerca de 8,5% da despesa global de investimento. O parque ambiental de Amoreira da Gândara e as intervenções de limpeza do Rio da Serra e do Rio Cértima são apenas alguns exemplos do importante trabalho realizado nesta matéria.-

---- O reforço do investimento na cultura com 11,20% do valor global, e que reflete um concelho atualmente mais dinâmico, com uma oferta cultural rica e variada consubstanciada numa programação que abre os horizontes da nossa população e no incentivo às nossas associações que vão, também por isso, oferecendo-nos mais e melhor produto cultural.-----

---- Com a ação social onde se inclui, naturalmente, a ação social escolar ou serviços auxiliares de ensino, houve também um incremento da despesa realizada, que atingiu perto de 15% da despesa total. Poderia aqui enunciar um vasto número de programas e projetos que consubstanciam o nosso investimento. Destaco o fundo social, a bolsa de estudo para os jovens estudantes carenciados do ensino superior, a oferta dos manuais escolares para as nossas crianças do ensino básico, o apoio nos medicamentos aos mais idosos, o apoio social na tarifa da água e o forte apoio às nossas IPSS, pelo

claro sinal de coesão, inclusão, justiça e igualdade de oportunidades que manifestam.-----

---- Finalmente destaca-se o acréscimo do investimento realizado no Turismo e, consequentemente, o reforço da projeção da imagem do nosso concelho e das marcas que o distinguem e diferenciam.---

---- Resumindo, o Município de Anadia, e mais concretamente a sua Presidente, continua a consolidar uma gestão financeira controlada e realista com a contenção e rigor adequados ao contexto temporal que vivemos, mas conseguindo ao mesmo tempo dar resposta às prioridades inscritas em sede orçamental. Uma gestão que reflete e acentua equilíbrio, ponderação e coerência na resposta aos desafios e objetivos que foram eleitos como prioritários.-----

---- Tudo isto, não obstante os constrangimentos financeiros que ainda se fazem sentir para os municípios portugueses e a penalização sofrida pela gestão descontrolada e menos capaz de outros, com o Fundo de Apoio Municipal (FAM) que, injustamente, castiga a boa gestão em benefício da gestão irresponsável.-----

---- Assim sendo, congratulo-me pela prestação de contas agora apresentada que, pelas razões atrás citadas, não podia deixar de merecer o meu voto favorável."-----

---- Decorrida a intervenção do Senhor Vereador, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, começando por referir que iria percorrer os vários itens da declaração de voto elaborada, para se perceber, na reunião, qual o seu ponto de vista, e da Dr.ª Lígia Seabra, e para, se fosse o caso, também, criar algum contraditório e trocar algumas impressões. Transmitiu, entretanto, que, no essencial, o que iriam referir seria mais um desbravar para o futuro, acrescentando que, obviamente, seria uma análise crítica, um histórico, sendo que não se limitariam ao ano dois mil e dezasseis, mas tentariam percorrer todo o mandato, visto que era precisamente, como tinha dito a Senhora Presidente, o último documento do género daquele mandato, e isso levou-os a que pudessem fazer um trabalho um pouco mais profundo, e quase que pudessem, também, visto que é de facto o último documento do tipo, analisar toda a execução orçamental, desde o início do mandato até ao presente. Na prática, adiantou que, em muitos momentos, não iriam estar apenas a falar de dois mil e dezasseis, mas iriam falar de dois mil e quinze, dois mil e catorze e, inclusive, fazer alguns paralelos relativamente a dois mil e treze, que tendo sido contas já avaliadas por aquele Executivo, proveem do mandato anterior. Portanto, sublinhou que convinha sempre ter presente qual era o ponto de partida daquele Executivo e daquela maioria. Nesse sentido, transmitiu que haveria uma ou outra crítica que poderia não ser tão bem entendida, mas esclareceu que, sobretudo, a sua intenção era, de facto, apresentar algumas ideias, algumas que não foram concretizadas e que foram chamando a atenção durante todo este tempo, de uma forma mais pedagógica do que propriamente crítica política, fechada e hermética. Concluiu, então, ser sobretudo isso que prepararam e que iria percorrer as várias áreas, porque elas ligam-se e, depois, até se vão encadeando umas às outras.-----

---- Entretanto, passou a apresentar a declaração subscrita, em conjunto, pelo próprio e pela Senhora Vereadora, Dr.ª Lígia Filipe Seabra, e que a seguir se reproduz:-----

----"1. Enquadramento.-----

---- Considerando a apresentação pelo actual Executivo Municipal dos Documentos de Prestação de Contas do Município de Anadia (MA) relativos ao Exercício de 2016, pretende-se deixar expressa uma posição, através da presente declaração de voto.-----

---- A actividade municipal assenta, no essencial, em dois documentos de relevante natureza previsional: Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano (GOP). Como se percebe, estes documentos previsionais de gestão são de importância vital na Administração Municipal.-----

---- O Orçamento prevê as receitas a arrecadar e as despesas a realizar durante o ano económico, quer com a execução daquele instrumento de gestão, quer com os encargos normais de funcionamento dos serviços.-----

---- Por seu turno, as GOP definem as linhas gerais de desenvolvimento estratégico da autarquia, sendo constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI), com projecção plurianual, do qual constam os projectos e acções que implicam despesas a realizar por investimentos e, ainda, pelas Actividades Mais Relevantes (AMR), previstas para o ano, constituídas por outras acções ou projectos de natureza económica diferente, cujas despesas não se consideram de investimento nem encargos normais de funcionamento dos serviços.-----

---- A apresentação de contas, além de legalmente obrigatória deve ser um dos actos mais nobres de um eleito e de um executivo municipal, permitindo mostrar o que fez, o que não conseguiu fazer, como geriu o dinheiro dos contribuintes, constituindo assim um momento importante da vida política do Município.-----

---- Como se percebe, a prestação de contas reflecte, não as previsões, mas as escolhas políticas e o desempenho do poder executivo municipal, constituindo a sua expressão financeira.-----

---- Deste modo, as posições aqui tomadas, que se pretendem sintéticas, não reflectem uma discordância com a vertente técnica dos documentos, mas sim, quando se justifica, com as opções políticas assumidas e desenvolvidas, bem como com o caminho prosseguido.-----

---- 2. Orçamento.-----

---- 2.1. Execução orçamental da Despesa.-----

---- A execução orçamental da despesa ascendeu a 17,473 M€, estando repartida entre despesas correntes e de capital, que ascendem a 11,836 M€ (peso de 68%) e 5,637 M€ (peso de 32%), respectivamente.-----

---- De salientar que esta repartição em 2013 era de 40% e 60%, respectivamente, todavia, desde o exercício de 2014, tem vindo a assistir-se a um processo gradual e sistemático de inversão da estrutura de despesa. Logo, o MA despendeu mais em despesas correntes do que em despesas de capital, o que evidencia uma mudança de paradigma, a nível autárquico, aspecto que deverá merecer uma reflexão mais profunda, nomeadamente no atinente à sustentabilidade futura do MA.-----

---- Enfatizar que as despesas globais de 2016 face ao exercício de 2013 (27,321 M€), registaram uma diminuição de 36%. Embora a execução orçamental tenha vindo tendencialmente a regredir (excepto em 2016 que, ao invés, subiu), este registo deve-se sobretudo à política de desinvestimento prosseguida pelo MA (-66%), em contraposto do aumento das despesas correntes (+8%).-----

---- Refira-se igualmente que, a taxa de execução orçamental das despesas de capital tem vindo registar uma regressão, tendo-se cifrado em 60% no exercício de 2016 (-3 p.p. face a 2013).-----

---- Em 2016 a taxa de execução orçamental da despesa cifra-se em 76%, igual à taxa de 2015 e superior às taxas registadas em 2013 (72%) e 2014 (74%). Porém, em contraponto, não se pode deixar de notar alguma ausência de rigor orçamental, pois apesar das inúmeras modificações e revisões orçamentais, ficaram por aplicar/investir cerca de 5,383 M€ (24%).-----

---- Na execução orçamental da despesa é de destacar a rubrica "Despesas com Pessoal" que em 2016 ascendeu a 4,265 M€. Embora se tenha verificado que o seu peso no total de despesas apresentou uma diminuição (24% em 2016, -2 p.p. comparativamente a 2015), o seu montante apresentou um ligeiro acréscimo (0,124 M€). De relembra que nos anos de 2013 e 2014 esta rubrica correspondia a 15% e 24%, respectivamente.-----

---- Se tivermos em consideração as rubricas "Aquisição de Bens e Serviços" e a "Aquisição de Bens de Capital" constatamos que representam 57% (9,941 M€) do total das despesas. As rubricas atrás mencionadas ("Despesas com o pessoal", "Aquisição de Bens e Serviços" e "Aquisição de bens de capital") correspondem a 81% (-2 p.p. face ao exercício de 2015, e 9 p.p. relativamente a 2013) da despesa total.-----

---- 2.2. Execução orçamental da Receita.-----

---- A totalidade da execução orçamental da receita (25,628 M€) divide-se em quatro componentes: Receitas de Capital (2,648 M€), Receitas Correntes (16,490 M€), Reposições não Abatidas (RNA; 0,002 M€) e Saldo da Gerência Anterior (SGA; 6,489 M€).-----

---- De notar que a execução orçamental da receita de 2016 subiu, comparativamente à execução de 2015 (22,375 M€) e 2014 (22,406 M€). A taxa de execução orçamental da receita (global) cifrou-se em 112%, quando nos anos de 2015 e 2014 representou 107% e 96%, respectivamente (no ano 2013 correspondeu a 74%).-----

---- Na execução orçamental da receita, destaque para as rubricas "Transferências da Administração Central" (FEF, FSM, Participação de IRS, ...; correntes e de capital) que ascendem a 10,480 M€ (+1,832 M€ face ao ano 2015). Por aqui dá para perceber que o MA encontra-se muito dependente das transferências da Administração Central, pois estas representaram em 2016 cerca de 55% (em 2015 representavam 50%) do total das receitas (excluindo o RNA e SGA), o que vai revelando a incapacidade do Município em gerar receita própria e na improficiência em criar condições para gerar riqueza no Concelho.-----

---- Realce ainda para a rubrica "Impostos Directos" (IMI, IuC, IMT, Derrama, ...) cuja execução ascendeu a 3,715 M€, ou seja, menos 12% face ao ano 2015 (-0,498 M€). De salientar que os "Impostos Directos" representam 19% do total da receita (excepto RNA e SGA). Neste âmbito, dar uma especial nota no que se refere ao IMI que em 2016 permitiu ao MA encaixar 2,506 M€, isto é, mais 15% (+0,335 M€) do que o orçamentado previsto (corrigido).-----

---- Neste âmbito, importa trazer à discussão a "política fiscal municipal". Se dúvidas existissem, a prestação de contas vem comprovar, uma vez mais, de forma cristalina, que havia e há margem para

tornar o Concelho de Anadia fiscalmente mais atractivo (por via da redução das taxas de participação de IRS e de derrama), propostas efectuadas pelo PSD aquando dos vários momentos de discussão/aprovação desta matéria, diminuindo a assim a "factura fiscal" dos munícipes e das empresas.-----

---- Dar ainda nota que as "Vendas de Bens e Serviços Correntes" em 2016 ascenderam a 3,358 M€ aumentando 14% (+0,402 M€) face a 2015. As suas componentes mais significativas (que correspondem a 77%) são: Água (1,392 M€), Saneamento (737 M€) e Resíduos sólidos (455 M€). Contudo, existem diversos equipamentos municipais que continuam a apresentar receitas incompreensíveis, logo permanecem financeiramente pouco rentabilizados. Os casos mais paradigmáticos são o CAR/Velódromo que apresenta um encaixe de somente 0,080 M€ (0,063 M€ em 2015) e o Cineteatro cujas receitas se situaram em 0,035 M€ (0,036 M€ em 2015).-----

---- 2.3. Saldo anual, Poupança Corrente, Endividamento, Dívida e Serviço da dívida.-----

---- Cotejando a execução orçamental do MA, constata-se que as receitas foram superiores às despesas, o que significa que, no ano de 2016, gastou-se menos do que aquilo que se recebeu.-----

---- Na verdade, as despesas totais ascenderam a 17,473 M€, enquanto as receitas totais foram de 25,628 M€, o que reflecte um "superavit" na ordem dos 8,155 M€ (que é o Saldo de Gerência a transitar para 2017).-----

---- A Poupança Corrente obtida em 2016 cifrou-se em 4,654 M€ o que corresponde a 24% do valor da execução da receita total, ou seja, o pior registo do triénio 2014-2016. Por seu lado, o Saldo de Capital apresenta um valor negativo 2,989 M€, o que quer dizer que, em parte (neste valor concreto), a despesa de capital foi financiada por receita corrente, aspecto que se reputa de positivo. Por conseguinte, o Saldo Global (que congrega a Poupança Corrente e o Saldo de Capital) elevou-se a 1,665 M€.-----

---- Outra matéria a ter em consideração é a Dívida Total do MA, que no final de 2016 ascendia a 6,468 M€ e representava 89% das GOP do ano em análise (em 2015 era de 7,632 M€ e representava 116% das GOP). Se tivermos em consideração que no final de 2014 a Dívida Total elevava-se a 8,572 M€, constatamos uma diminuição de 2,104 M€ (-25%).-----

---- Por seu turno, o Endividamento bancário (MLP) no final de 2016 cifrou-se em 5,776 M€ representando assim 80% das GOP. De relembrar que no final de 2015 a rubrica em questão ascendia a 6,904 M€, o que corresponde a uma diminuição de 1,128 M€ (-16%).-----

---- Acresce que o Serviço da Dívida (relativamente à Despesa Total) representou em 2016 cerca de 7% (muito ligeiramente acima do valor registado em 2015), quando em 2014 correspondia a cerca de 6% e em 2013 representava cerca de 3%.-----

---- Ainda neste contexto, não é por demais recordar que estes financiamentos obtidos serviram para a construção de diversos equipamentos cuja gestão é deficiente e sem uma relevante rentabilização económico-financeira. Como por diversas vezes o PSD já referiu e que aqui se reafirma, parte do endividamento deveria ter sido aplicado em infraestruturas com retorno em termos de desenvolvimento económico.-----

---- Como pouco ou nada foi feito neste âmbito o concelho assistiu ao encerramento de muitas empresas e a uma gritante incapacidade em captar e instalar novas unidades empresariais, o que levou a que o MA tenha registado nos últimos anos, níveis de desemprego nunca antes sentidos, a par de uma enorme perda de população (para o efeito basta conferir os últimos processos de Censos). Infelizmente, nos dias de hoje temos um concelho envelhecido e incapaz de fixar a juventude, nomeadamente a mais qualificada.-----

---- 2.4. Feira da Vinha e do Vinho (FVV).-----

---- As receitas do evento ascenderam a 0,166 M€ (0,174 M€ em 2015), enquanto as despesas elevaram-se a 0,347 M€ (0,310 M€ em 2015), ou seja, nos últimos dois anos, registou-se mais despesa e menos receita, aumentando o resultado negativo já verificado em 2015 (em 2016 o prejuízo foi de 0,182 M€; em 2015 o prejuízo foi de 0,136 M€; o prejuízo, nestes anos, aumentou 34%).-----

---- Todavia importa salientar que nas contas apresentadas não estão contabilizados todos os gastos que o MA despendeu com a FVV, nomeadamente: gastos com pessoal, gastos com viaturas, e máquinas e equipamentos municipais. Deste modo, o prejuízo está subavaliado. Sem exagero, a FVV terá tido um prejuízo real e efectivo nunca inferior a 0,250 M€. A FVV continua a apresentar défices orçamentais sucessivos, sem que se vislumbre forma de, pelo menos, atenuar a situação.-----

---- Se virmos mais em pormenor, constatamos ainda que as receitas arrecadas com este evento (0,166 M€), nem sequer são suficientes para cobrir os custos com os espetáculos musicais (0,193 M€), cingindo-se apenas a 86% dessa despesa. Deixemo-nos de "rodriguiños", pois enquanto a FVV continuar com este modelo de gestão, não será possível elevá-lo a nível superior, a um nível adequado à sua importância na Região Centro.-----

---- É importante que se perceba que um prejuízo desta dimensão é superior ao que o MA despendeu, autonomamente, nas áreas da Protecção Civil, Acção Social, Saneamento, Abastecimento de Água, Resíduos sólidos, Protecção do Meio Ambiente C.N., Indústria e energia, Turismo, entre outras.-----

---- Constata-se, ano após ano, que a organização e execução deste evento têm sido marcadas por uma "navegação à vista", sem projeto e sem qualquer rumo definido.-----

---- Falta claramente um modelo de gestão e de organização da FVV! Isto quer dizer que as críticas, propostas e sugestões que o PSD tem apresentado ao longo do tempo sobre esta matéria fazem sentido. Por conseguinte, a maioria no executivo deverá ter uma atitude de abertura e reflexão sobre o futuro deste evento. Sem "chauvinismos" e sem pretensiosismos, tentando encontrar as melhores soluções para tornar a FVV num evento o mais sustentável possível, elevando-o a um patamar superior, e capacitando-o para ter verdadeiro relevo a nível da Região Centro, tornando-o num certame estratégico para o Concelho de Anadia.-----

---- 2.5. Certificação Legal de Contas (CLC) - MA.-----

---- Os ROC continuam a manifestar a sua preocupação com o processo de internalização dos SMAS na estrutura organizacional do MA, que ocorreu em 2013, designadamente no que concerne aos critérios de valorização adoptados.-----

---- Uma vez que este "problema" tem vindo a manter-se ao longo dos anos, continuamos a não perceber porque é que as ditas infraestruturas ainda não se encontram devidamente valorizadas nas demonstrações financeiras.-----

---- Acrescentamos que estas infraestruturas dão um contributo essencial para o apuramento das receitas correntes da autarquia nos últimos anos. Senão vejamos: enquanto que em 2013, o saldo aglutinado destas receitas (água e saneamento) representava apenas 7% (1,804 M€) das receitas correntes, em 2016, já evidencia 11% (2,130 M€, +18% comparativamente a 2013).-----

---- Esta reserva é motivo suficiente para os ROC colocarem dúvidas quanto às demonstrações financeiras em discussão/votação, nomeadamente no que concerne ao requisito da sua apresentação de forma verdadeira e apropriada, nos aspetos mais relevantes.-----

---- Merece também a nossa atenção a participação do MA na WRC, uma vez que as contas apresentadas por esta última entidade, deturpam a sua realidade económica e financeira, todavia, este é um tema que abordaremos com mais ênfase e descriminação seguidamente.-----

---- 3. GOP.-----

---- Como já se referiu anteriormente, a actividade municipal assenta, essencialmente, em dois documentos de relevante natureza previsional: as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Municipal.-----

---- A execução das GOP em 2016 ascendeu 7,260 M€, quando o valor em 2015 foi de 6,571 M€, e em 2013 ascendeu a 17,737 M€. Logo, entre 2013 e 2016 a execução das GOP decresceu brutalmente, na ordem dos 10,476 M€ (-59%). Acresce que a taxa de execução das GOP em 2016 foi de 62%, ou seja, exactamente a mesma taxa de execução concretizada em 2015. Não pode ficar sem reparo o desvio de 38% face ao valor previsto corrigido (11,705 M€).-----

---- Neste âmbito importa salientar que a execução do PPI ascendeu a 4,177 M€ (peso de 58% do total das GOP) com uma taxa de execução de 55%. Por seu turno, as AMR assumiram uma execução de 3,083 M€ (peso de 42% do total das GOP) e uma taxa de execução de 76%. Deste modo, constata-se que a execução das GOP teve um contributo mais forte e relevante por via das AMR.-----

---- No que se refere às taxas de execução "sectoriais", assumem particular preocupação aquelas que ficaram em "terreno negativo" (ou seja, inferiores a 50%), nomeadamente: saneamento (44%); abastecimento de água (32%); indústria e energia (33%); mercados e feiras (8%); e sem qualquer execução os serviços individuais de saúde (0%).-----

---- Estes valores traduzem, de forma esclarecedora e demonstrativa a ausência de capacidade da maioria em concretizar os investimentos e executar o "supostamente" planeado. Considerando todas as áreas sectoriais ficaram por se executar cerca de 4,4 M€, valor que é significativo e neste contexto, negativo.-----

---- Outro aspecto a ter em consideração é o peso de cada sector/rubrica no montante global da execução das GOP. Neste particular, não se compreende o desprezo que foi conferido a inúmeras áreas, algumas delas fundamentais. Escapam a esta situação os seguintes sectores: educação/ensino (13%); ordenamento do território (14%); cultura (11%); transportes rodoviários (12%); e

administração geral (9%). As rubricas atrás citadas representam cerca de 59% da execução em 2016.-----

---- Por exclusão de partes é fácil constatar os sectores esquecidos e/ou abandonados.-----

---- Uma rubrica que se considera crítica e que se reputa de fulcral importância é a área do "Abastecimento de Água". Como já foi assumido várias vezes, a rede está, em larga medida obsoleta ou incapaz, e apesar de algumas intervenções que vão acontecendo as rupturas ainda acontecem com uma frequência muito acima do razoável. Parte da rede tem mais de 20 anos, alguma mesmo com mais de 30 anos, construída com tubagens e condutas de fibrocimento/amianto, cuja renovação e requalificação é urgente, por motivos de qualidade da água, mas também por questões de saúde pública. Não se compreende como é que, até ao momento, não foi efectuado e desenvolvido um plano de reestruturação da rede, nem se compreende como foram somente investidos no ano de 2016 o valor de 0,292 M€ (0,232 M€ em 2015), ou seja, um peso de 4% do total das GOP (o mesmo peso que em 2015).-----

---- Uma área que se entende consolidada em termos de investimentos é o "saneamento", que no caso concreto do exercício de 2016, executou o valor de 0,292 M€ (peso de 4%), o valor mais baixo no último quadriénio. Face ao ano 2013, executou-se menos 3,874 M€. Apesar desta aparente consolidação é necessário olhar para este sector com alguma atenção, resolvendo alguns problemas e insuficiências que a rede vai denotando.-----

---- A "acção social" (3%) é outra área claramente desprezada, o que não se compreende, visto que (ainda) se vivem tempos de dificuldades. Nesta área, os exíguos valores atribuídos falam por si (0,222 M€). Na verdade, nesta área, o ano 2016 é o segundo pior ano no horizonte temporal 2013-2016. Como se constata tem havido um desinvestimento nesta área e consequentemente uma larga faixa de famílias anadienses continua desapojada pela Autarquia, com especial ênfase para os mais desfavorecidos e desprotegidos (idosos, crianças, pobres, doentes e desempregados). Exige-se que as políticas sociais se assumam em acções mais proactivas e eficazes, visando uma verdadeira coesão social. Por outro lado, fica a ideia que a Autarquia não valoriza convenientemente as IPSS e ignora o papel fulcral que elas assumem e podem assumir no combate às assimetrias sociais.-----

---- Apesar do reforço de verbas face a anos anteriores, o "turismo" em 2016 absorveu 0,181 M€ (peso de 2%), ou seja, esta área mantém-se subaproveitada, o que denota um desperdício incompreensível do enorme potencial deste sector em Anadia. É desejável uma exploração adequada e activa dos vários segmentos desta área, de carácter qualitativo.-----

---- "Mercados e feiras" é outra área em que o PSD tem efectuado reparos ao longo deste mandato. No exercício orçamental de 2016 foram minimalistamente despendidos 0,004 M€, o que corresponde marginalmente a 0%. As obras decorridas no Mercado Municipal de Anadia, noutro exercício orçamental não resolveram os principais problemas existentes, continuando o espaço a ser pouco convidativo e desconfortável. No que se refere ao Mercado de Vilarinho do Bairro, o de maior dimensão e o mais procurado no Concelho de Anadia, somente em 2017 a tão necessária requalificação avançará. No essencial, nesta matéria, perderam-se literalmente três anos, apesar

dos inúmeros alertas instados pelo PSD, quanto à urgência de obras de melhoria e adaptação deste mercado. A situação quase terceiro-mundista em que se encontra o mercado, desde há vários anos, em nada dignificou/dignifica o nosso concelho.-----

---- Nos "resíduos sólidos" a maioria no executivo, executou o montante de 0,285 M€ (peso de 4%), ou seja, menos 49% face ao ano 2015. Havendo ainda muito a fazer nesta área, não se aceita nem se pode compreender o desinvestimento verificado. Em contraponto, a "protecção do meio ambiente e conservação da natureza" (0,322 M€ - peso de 4%) registou uma subida face a 2015, o que se regista positivamente. Esta área, como se tem vincado nos últimos anos, é fundamental, pois os efeitos de incúrias far-se-ão sentir na qualidade de vida dos munícipes bem como nas gerações vindouras.-----

---- Por outro lado, num concelho de cariz predominantemente agrícola e florestal, as verbas alocadas a estas áreas tiveram um reforço de execução face a anos anteriores, o que é de realçar, embora ainda insuficiente, confirmando assim a pertinência dos alertas do PSD. Se anteriormente os valores roçaram o absurdo, em 2016 a "agricultura p.s.c.p." executou 0,086 M€ (peso de 1%; 0,000 M€ em 2015) e a "protecção civil e luta contra incêndios" executou o montante de 0,150 M€ (peso de 2%; 0,068 M€ em 2015).-----

---- A "indústria e energia" [desenvolvimento económico], tem sido uma área que o PSD, de forma contínua e sistemática, tem requerido ao executivo uma maior atenção. No exercício orçamental de 2016 executou-se o valor de 0,183 M€ (peso de 3%), face aos 0,801 M€ do ano de 2015 (peso de 12% no total das GOP), decréscimo que não se pode deixar de censurar. A esta situação acresce a ausência de uma estratégia autêntica e efectiva, e a carência de um verdadeiro modelo de desenvolvimento económico para o nosso concelho. Investir dinheiro, sem critério, sem estratégia, por norma, não produz resultados. Infelizmente, nesta área, agora como no passado recente, fomos copiosamente ultrapassados pelos concelhos vizinhos.-----

---- Anadia é actualmente, em termos de desenvolvimento económico, um concelho pouco apelativo, incapaz de instalar novas empresas e reter as existentes, com efeitos nefastos no que se refere à criação de riqueza e à criação de emprego. Os recursos humanos anadienses, sejam qualificados ou não, têm de procurar trabalho fora do concelho, nomeadamente os mais jovens, que não vislumbram nem oportunidades nem futuro na sua terra. A juventude continua a estar esquecida. Faltaram e ainda faltam ideias, projectos e medidas, devidamente integradas, que façam fixar os jovens anadienses. Anadia não foi, até ao presente, atractiva para a juventude, pois não respondeu às suas necessidades, anseios e pretensões.-----

---- O "Invest em Anadia", anunciado com grande pompa e circunstância há cerca de dois anos atrás, qual panaceia para todos os problemas, não teve quaisquer consequências práticas positivas. Falhou redondamente porque não passou do papel à prática. Este programa não teve, até ao momento, uma real implementação, logo não passou de uma mera súmula de boas intenções e frases bonitas.-----

---- O sector da "cultura" surge, como uma das áreas de maior relevância em termos de execução em 2016, tendo atingido o valor de 0,813 M€ (peso de 11%). Porém, esta relevância, é parcialmente

aparente e convém desenganarmo-nos! Num exercício simplista, se excluirmos a Feira da Vinha e do Vinho (FVV; 0,347 M€) a cultura apresenta uma execução de 0,466 M€ a que corresponde um peso de 6% face ao valor total das GOP. No essencial, a FVV, representa cerca de 43% do montante total executado nesta área. Neste sentido, não é exagero referir que os valores despendidos na FVV são praticamente iguais a todas as outras acções e manifestações de cultura no Concelho de Anadia, o que diz muito do "estado da arte". Todavia, não se pode ignorar o esforço desenvolvido na cultura, apesar de ainda estar aquém do desejável e com alguma falta de visão estratégica, o que não deixa de ser uma situação paradigmática, pois o MA possui vários equipamentos colectivos vocacionados para esta área (alguns subutilizados). Este é, claramente, um sector onde poderia ter sido feito mais e melhor. Os vários equipamentos colectivos vocacionados para esta área, que são de qualidade, têm de ser devidamente utilizados e rentabilizados, sempre com o desiderato do enriquecimento e animação cultural das nossas populações.-----

---- No concernente às "transferências para as Freguesias" regista-se o seu incremento em 2016, face a 2015 e 2014, aspecto que o PSD vinha reivindicando desde o início do mandato. De facto, o valor executado em 2016 (0,308 M€; peso de 4%) é um sinal positivo que se regista. Não obstante, as verbas a atribuir às Freguesias podem e devem ser reforçadas de modo a aproveitar o seu potencial e reais capacidades, conferindo-lhes a oportunidade de elas se assumirem como pólos de coesão social e promotores de apoio ao desenvolvimento, e por conseguinte, deixarem de ser encaradas como o "parente pobre" do poder autárquico.-----

---- Acresce ainda que, várias rubricas foram inteira ou quase totalmente ignoradas. Esta situação demonstra que existe uma execução orçamental desequilibrada e isto deve obrigar a maioria a reflectir. São os casos de: s.i. saúde (0%); outras funções económicas (1%); outras actividades cívicas e religiosas (0%).-----

---- 4. WRC - Contas e CLC.-----

---- A WRC apresenta no exercício de 2016 um Resultado Líquido do Exercício (RLE) praticamente nulo (marginalmente positivo, no valor de 48 euros). De relembrar que em 2015 e 2014 a WRC tinha registado um prejuízo (RLE) de 0,132 M€ e 0,015 M€, respetivamente. Esta situação deve ser analisada e reflectida com alguma atenção.-----

---- Relativamente às demonstrações financeiras apresentadas, começamos por dar ênfase ao significativo saldo acumulado de resultados transitados negativos, que em 2016, se cifra com um saldo negativo de 0,733 M€. A este propósito, apesar de já termos ressaltado para este assunto em sucessivos momentos, a WRC continua em situação de irregularidade, relativamente ao cumprimento do Código das Sociedade Comerciais (CSC), uma vez que, apresenta um Capital Próprio correspondente a 46,50% do Capital Social (Realizado).-----

---- Todavia, em relação ao balanço do exercício de 2016, existe outro aspeto que merece mais a nossa atenção, designadamente a gestão da dívida. A este respeito, chamamos claramente a atenção para dois casos. O primeiro, refere-se à estrutura da dívida existente, ou seja, existe uma tendência progressiva de utilizar dívida de curto prazo (99,8%), ao invés de médio-longo prazo

(0,2%), o que a nosso ver, constitui outro aspecto a necessitar de reflexão. O segundo, refere-se ao acréscimo de dívida verificado no biénio apresentado (2015-2016), tendo-se verificado um aumento de 0,141 M€ no exercício de 2016 (+229% comparativamente ao 2015), com especial ênfase para a contratação de um financiamento obtido no montante de 0,100 M€).-----

---- A Demonstração de Resultados (DR) apresentada merece também a nossa atenção e preocupação, relativamente ao modelo de gestão que esta entidade está a prosseguir, podendo estar a ser comprometida a sua sustentabilidade. Senão vejamos: os gastos com pessoal além de representarem no exercício de 2016, 81% dos gastos de exploração da entidade, acresce que, esta rubrica teve um considerável acréscimo (+0,169 M€, representando um acréscimo de 122%), comparativamente ao exercício de 2015.-----

---- Outro aspecto que levanta preocupações é a Certificação Legal de Contas (CLC) da WRC, uma vez que os ROC não se limitam a destacar a situação de irregularidade e incumprimento do CSC, pondo em causa a sua continuidade.-----

---- Senão vejamos...-----

---- Em primeiro lugar, não se procedeu ao registo das imparidades existentes que ascendem a 0,013 M€, o que a nosso ver deturpa completamente as contas apresentadas no exercício de 2016. Em segundo lugar, chama-se a atenção para a incorreta contabilização dos gastos com pessoal, as quais deveriam ter sido acrescidas a provisão e subsídio para férias, num montante que ascende a 0,027 M€.-----

---- Após esta análise apresentada na CLC, é importante constatar que o EBITDA apresentado (0,042 M€), encontra-se claramente sobrevalorizado. Assim, o montante apresentado nesta rubrica deveria cifrar-se em 0,001 M€. Mas, deste modo, como percebemos, a entidade teria apresentado, mais um ano, resultados negativos (que se estimam que fossem em 0,041 M€).-----

---- Apresentado este cenário, não se pode mais "fechar os olhos e tapar os ouvidos" quando os ROC asseveram, de forma taxativa, que está em causa o importante Pressuposto da Continuidade - consagrado no Art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais - e instam os accionistas a tomar decisões, que aliás decorrem do referido diploma legal.-----

---- Com estes aspectos poderá estar em causa o fulcral requisito da apresentação das demonstrações financeiras de forma verdadeira e apropriada, nos aspectos materialmente relevantes.-----

---- Todas estas questões devem levar a maioria a reflectir e a intervir directamente pois o MA é sócio largamente maioritário e dominante (69% do Capital Social), tendo responsabilidades acrescidas.-----

---- 5. Considerações Finais.-----

---- Como se referiu no início, a prestação de contas reflecte as escolhas políticas assumidas pelo poder executivo municipal, constituindo assim a sua expressão financeira.-----

---- No presente mandato, estivemos perante quatro exercícios de prestação de contas, três dos quais da responsabilidade exclusiva deste executivo.-----

---- Em todos os exercícios apresentados, existe unanimidade plena no modelo de gestão municipal que acaba por ser a marca da maioria em funções: adiar o desenvolvimento do concelho de Anadia----

---- Como é visível e muito expressivo no presente exercício de prestação de contas, a execução das receitas continua acima da média estimada em 17%, para uma execução da despesa que fica 24% abaixo da estimativa. A execução das GOP 38% abaixo do previsto, o PPI 45% abaixo do previsto e as AMR 24% abaixo do previsto.-----

---- Na nossa opinião, as escolhas efectuadas e o caminho traçado, ficaram aquém das melhores expectativas e fica aqui e agora provado, que havendo receitas e liquidez, não foram suficientes para que se construísse uma verdadeira estratégia de desenvolvimento que todos os anadienses reclamam e que Anadia necessita. A obra, ficou na gaveta! As ações de dinamização e de apoio ao sector empresarial, foram uma miragem e disso é espelho os resultados do concelho quando comparados com outros aqui bem perto de nós.-----

---- Entre 2014 e 2016, o executivo em funções geriu orçamentos municipais que no seu conjunto representam uma execução superior a 70 M€ em receitas, dos quais mais de 8 M€ representam no ano de 2016 o saldo de gerência a integrar o exercício orçamental seguinte (2017).-----

---- No presente retrato de gestão financeira, que agora avaliamos, é possível concretizar sem qualquer margem para dúvida que existe uma ausência crassa, com efeitos irreparáveis, de uma estratégia consolidada que capacite mecanismos de criação de riqueza e emprego no concelho, que possibilite fixar população, nomeadamente os mais jovens, - o que era e continua a ser um erro grave.-----

---- O executivo em funções, privou-se de uma estratégia global integrada, que atuasse em conjunto com as forças vivas do nosso concelho. Animou, mas não dinamizou! Anunciou mas não concretizou! Prometeu e não cumpriu!-----

---- A gestão autárquica em 2016 foi uma total "navegação à vista" com base na gestão corrente do dia-a-dia, assente numa governação em compasso de espera, não somente à espera dos fundos comunitários, mas sim, à espera da melhor oportunidade para iniciar a corrida autárquica. Foi o ano em que foram adiados novamente obras e investimentos, que voltaram a ser inscritos no orçamento e GOP do presente exercício.-----

---- Em 2016, a execução orçamental mostrou novamente que o PSD tinha razão: o executivo em funções tinha condições para ir mais longe no apoio direto aos jovens deste concelho, às famílias deste concelho, às empresas deste concelho. Preferiu não o fazer, preferiu ignorar que há ainda dificuldades e que lhe compete estar na primeira linha do apoio social e apoio estratégico. Não o apoio gratuito sem medida, mas sim o apoio medido, previsto, estudado e estruturado que permita capacitar Anadia e os Anadienses.-----

---- Além disso o ano orçamental de 2016, tal como nos antecedentes, não teve uma "gestão fiscal" amiga das famílias e das empresas, não indo verdadeiramente ao encontro das dificuldades que estas atravessam. A maioria teima em não conseguir vislumbrar os novos desafios que se apresentam cada vez mais aos Municípios e a um poder autárquico que se pretende moderno, progressivo e dinâmico.--

---- No actual mandato houve evoluções? Com certeza que sim! Obviamente que nem tudo foi mau e errado, apenas pouco face às expectativas criadas. Um pensamento político ou estratégico distinto, não pode levar a que se escamoteie o que de positivo existiu. Verificaram-se alguns avanços e constatarem-se alguns sinais positivos. Como oposição construtiva e responsável, criticamos quando entendíamos que tal era necessário, mas nunca fugimos de realçar e elogiar matérias e projectos que entendemos como positivos. Porém, estes avanços e sinais assertivos foram insuficientes, e muitos careceram de consistência, solidez, dinâmica e proactividade. Podia ter sido feito muito mais, mais e melhor! Havia todas condições para isso.-----

---- Faltou ambição! E hoje já não há desculpa, faltou estratégia e coerência, e até careceu de alguma competência política para servir Anadia e os Anadienses.-----

---- Nada que se possa estranhar, pois Séneca, um dos grandes filósofos da Roma Antiga, um dia referiu que *"Quando se navega sem destino, nenhum vento é favorável"*.-----

---- 6. Sentido de Voto.-----

---- Neste sentido, tendo em conta tudo o que foi aludido anteriormente, os Documentos de Prestação de Contas do Município de Anadia (MA) relativos ao Exercício de 2016, irão merecer, por parte dos Vereadores José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro e Lúcia Filipe Seabra, eleitos pelo PSD, o voto de ABSTENÇÃO."-----

---- Ainda no período de discussão dos documentos de prestação de contas, interveio o Senhor Vereador, Dr. Jorge António Tavares de São José, que apresentou a declaração de voto que, de seguida, se passa a reproduzir:-----

---- "1. Enquadramento.-----

---- Tendo presente os Documentos de Prestação de Contas, relativos ao Exercício de 2016, e após a sua exaustiva análise e apreciação, pretendo com a presente declaração de voto, deixar expressa a minha opinião sobre os mesmos.-----

---- A apresentação de contas é um momento importante na vida política de um município, sendo que traduz, ou não, as opções que foram tomadas aquando da apresentação do respectivo Orçamento, sendo o espelho financeiro da sua execução.-----

---- Não sendo destituído de uma leitura política, a sua apreciação e análise deverá estar acompanhada de muito perto por aquela que foi a execução técnica.-----

---- 2. Execução Técnica.-----

---- Sob o ponto de vista da execução técnica, parece-me que a Prestação de Contas apresenta-se em conformidade com os dispositivos legais, tendo sido cumpridos, aparentemente, todos os critérios a que a legislação obriga. Esta opinião fundamenta-se no acompanhamento efectuado durante o exercício transacto, o qual não detectou nenhuma falha ou irregularidade graves, bem como na análise da documentação presente, consubstanciada no relatório da Certificação Legal das Contas, que apesar da Reserva apresentada, que aliás, me parece de forte sentido de assertividade, à semelhança de anos anteriores, são conclusivos sobre esta matéria.-----

---- 3. Execução Política.-----

---- Quanto a esta matéria, e não sendo na sua totalidade discordante com os documentos apresentados, ou pelo menos, com as opções verificadas, penso que haverá ainda muito trabalho para executar.-----

---- Na realidade, os documentos de apresentação de contas traduzem as opções políticas tomadas, as quais não são aqui apresentadas em primeira mão, mas sim reiteradas em números, pela apresentação das mesmas feita aquando da aprovação do Orçamento para o ano de 2016.-----

---- No momento da votação do Orçamento, considerei que, naturalmente poderiam ser assumidas outras opções. Pois bem, se assim fosse a Prestação de Contas não seria esta mas sim outra, fruto das opções políticas seguidas.-----

---- No entanto, e não significando que o Executivo não tenha mostrado trabalho nas matérias referidas a seguir, continuo ainda a pensar que muito poderá ser feito no nosso município, de modo a que os nossos jovens encontrem cá o emprego necessário para se fixarem e constituírem os seus agregados familiares. Sou também de opinião que deve continuar a ser uma preocupação contínua evitar a desertificação das nossas aldeias e freguesias, sendo este um ponto fundamental.-----

---- Penso ainda que o desenvolvimento económico terá que ser mais acelerado, embora nesta matéria a Câmara tenha dado contribuições específicas, que me parecem muito importantes, citando como exemplo o programa "Invest em Anadia", que precisa de ser ainda mais funcional e objectivo, pelo menos, na percepção que dele se tem.-----

---- As nossas famílias precisam de obter um nível de rendimento condigno com aquele que queremos que seja o padrão do nível de vida no nosso concelho. Nas áreas Social, Cultural, Ambiental, para só referir algumas, há ainda muito para melhorar, não sendo, no entanto, este o momento de as aprofundar.-----

---- Como tenho feito em exercícios anteriores, não me vou debruçar sobre rácios, percentagens ou números, pois isso serviria só para justificar o meu sentido de voto, sem adiantar muito sobre o que verdadeiramente interessa ao município.-----

---- Expresso a minha satisfação pelo facto de termos, na minha opinião, boas taxas de Execução, mas naturalmente também é isso que se espera. Continuo a acreditar que as minhas preocupações sobre o futuro do nosso Município, são também as preocupações da Senhora Presidente e dos restantes Vereadores.-----

---- 4. Conclusão.-----

---- Como acima mencionei, as Contas parecem-me legalmente bem elaboradas. A sua execução foi feita de acordo com o Orçamento apresentado e traduz as opções aí aprovadas, embora como já referi, sejam passíveis de discussão e de concordância ou não, mas reconhecendo que o Orçamento que deve ser executado deve ser aquele que é aprovado.-----

---- Uma Prestação de Contas que, entre outros critérios, cumpre os preceitos legais e que financeiramente espelha as opções políticas aprovadas, apresentando boas taxas de execução, merece da minha parte um sentido de voto FAVORÁVEL, isto na medida em que estamos a falar da actividade verificada respeitando o que foi aprovado e não a emitir parecer sobre a acção política

desenvolvida pela Câmara, pois essa pode sempre ser melhorada a bem dos nossos munícipes."-----

---- No seguimento da declaração de voto apresentada pelo Senhor Vereador, Dr. Jorge António Tavares de São José, interveio o Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, que começou por transmitir que não tinha declaração de voto para apresentar. Mas, e com a devida vénia do que tinha ouvido das declarações de voto dos Senhores Vereadores, afirmou subscrever a declaração de voto, toda a expressão explicativa, o tal julgamento das contas feito pelo Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, concluindo que a sua linha de pensamento se baseia na forma como foram explicadas as diversas atuações em termos financeiros pela Câmara Municipal. Nesse sentido, declarou, a finalizar, que também votaria pela abstenção.-----

---- O Senhor Vereador, Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, declarou, apenas, que a sua linha de pensamento se baseia na atuação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, pelo que o seu voto seria favorável.-----

---- Concluída a apresentação das declarações de voto, a Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que não iria exercer o contraditório, porque cada um fazia a leitura de acordo com as suas orientações políticas, daí, também, ter remetido os documentos com a devida antecedência, o que permitiu a análise exaustiva dos mesmos por parte dos Senhores Vereadores.---

---- Sobre a posição do Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, comentou não ser de estranhar, concluindo que ao subscrever, neste momento, a declaração de voto do grupo do PSD, deve ter mudado, até, a sua filosofia de atuação, e está a reconhecer os erros do passado, com certeza, e também, agora, a ter um outro tipo de perceção daquilo que, no seu entender, pode ser uma estratégia diferente para o Município.-----

---- Relativamente às declarações dos Senhores Vereadores, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado e Dr. Jorge António Tavares de São José, constatou que o Senhor Dr. Lino Pintado faz parte do Executivo e, portanto, acompanha mais de perto aquilo que muitas vezes nem conseguem traduzir nos números e no papel. Constatou, ainda, que o Senhor Dr. Jorge São José, com as devidas cautelas e observações, fez a sua avaliação e acrescentou que todos desejariam que os resultados fossem ainda mais expressivos, mas eram o realmente possível.-----

---- Quanto à declaração subscrita, em conjunto, pelo Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e pela Senhora Vereadora, Dr.ª Lúcia Filipe Seabra, disse pretender recordar que em dois mil e treze, quando o Executivo elaborou o primeiro orçamento, fê-lo com regras completamente diferentes, introduzidas pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais), que não permitia a elaboração de orçamentos como no passado, tendo criado regras, que considera até mais corretas, para que os Executivos tenham orçamentos mais credíveis e mais rigorosos.-----

---- Constatou, também, que passaram de dois mil e treze para dois mil e catorze com um saldo de gerência de quinhentos mil euros, e que em dois mil e catorze tiveram de pagar muito daquilo que eram as despesas e os compromissos assumidos nos anos anteriores, desde dois mil e doze, dois mil e treze, até porque existiram muitas obras concluídas ainda em dois mil e catorze, recordando a

conclusão dos Centros Escolares, as ETAR, entre outras.-----

---- Não deixou de afirmar que nos últimos anos do anterior Executivo viveram momentos áureos, com o apoio de muitos fundos comunitários e com grande expectativa nos investimentos que se iam realizando. Se todos foram corretos, ou não, no global, e até do país, disse pensar que as opções tomadas e a orientação dos fundos comunitários não foram, por vezes, as mais corretas, e daí se ter desperdiçado investimentos que não seriam, muitas vezes, os prioritários, sublinhando estar a falar no geral, no que se passou no país, e daí o descalabro a que se assiste. Não deixou de admitir que também é verdade que tiveram dificuldades e constrangimentos no início do QREN, anterior quadro comunitário, como os que estão a viver atualmente com o Portugal 2020, mas agora de uma forma muito mais acentuada, sublinhou, porque os Municípios não são livres ou autónomos na escolha das suas opções. De certa maneira são-lhes impostas algumas opções e outras em que não têm mesmo acesso pelos mapeamentos criados e pela orientação dados pelos organismos superiores. Concluiu, então, que por muita vontade que por vezes tenham, impõe-se a devida cautela para gerir os investimentos e obter o retorno em termos de comparticipação para que o Município possa continuar com a sua saúde financeira garantida.-----

---- Aproveitou, também, para recordar que, hoje, mesmo para as opções que tomam, pensando que este ou aquele investimento possa, porventura, vir a ter qualquer enquadramento em termos de fundos comunitários, nem sequer podem ter as obras concluídas física e financeiramente antes de decisão de aprovação. Acrescentou que, enquanto há uns anos atrás a elegibilidade da candidatura e de despesa a apresentar se poderiam reportar a dois anos antes da sua aprovação, atualmente as obras nem sequer podem estar concluídas física e financeiramente. E daí o cuidado acrescido que têm de aplicar nas opções e no tempo em que as tomam, sob pena de terem de concluir as obras e perderem certas oportunidades de financiamento. Concluiu, assim, ser essa articulação que vão tendo, porque o Município de Anadia, como qualquer Município, necessita efetivamente de conseguir os apoios dos fundos comunitários.-----

---- Entretanto, disse pretender esclarecer algumas questões, sublinhando não querer contrariar as percentagens apresentadas pelo Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, que também são credíveis, rematou, e dependem da forma como se leem os documentos e se trabalham os números e as percentagens. Assim, em oportunidade, e relativamente à questão do acréscimo das despesas com pessoal, recordou que em dois mil e dezasseis, e de acordo com a decisão do Governo, ocorreu o pagamento de subsídio de férias e a reposição de vencimentos, o que se refletiu num acréscimo em despesas de pessoal em relação aos anos anteriores, apesar de o pessoal ser atualmente em menor número.-----

---- Sobre a crítica quanto às transferências da administração central e a incapacidade de gerar receita própria, a Senhora Presidente constatou que o Município de Anadia não cobra as taxas que outros cobram, mas destacou que Anadia é um concelho fiscalmente atrativo. A propósito, deu a conhecer que, antecipando o que seriam os resultados entretanto em apreciação, em setembro de dois mil e dezasseis tomaram uma opção de reduzir a percentagem de participação no IRS, ainda que

não seja o presente Executivo que irá usufruir desse resultado e, como todos sabem, as percentagens relativamente à cobrança do IMI estão no seu valor mínimo.-----

---- Não deixou de salientar, também, que no atual Executivo atribuíram outros apoios que no passado não eram dados, como apoio nos manuais escolares, a atribuição de bolsas de estudo, aumento da comparticipação nos medicamentos, concluindo, assim, que quando o Senhor Vereador diz que a realização em termos de ação social diminuiu, em sua opinião aumentou, com um acréscimo de cinquenta e dois por cento em relação ao ano anterior. Constatou, ainda, que no presente Executivo apoiam as Instituições de Solidariedade Social através, não só, do pagamento no âmbito dos protocolos celebrados, que foram reforçados pelo Executivo, mas também nos apoios que têm dado às Instituições para reforço da sua gestão corrente (o que não aconteceu no passado).-----

---- Passando a falar das infraestruturas com retorno, uma matéria também abordada na declaração do Senhor Vereador, reconheceu que gostariam que todas as infraestruturas que foram construídas tivessem retorno, mas investir na cultura, investir no desporto, é investir naquilo que é também apoio social, porquanto não é possível ter retorno no desporto e é muito difícil ter retorno na cultura. Referindo-se ao Cineteatro, em particular, constatou que são praticados preços mínimos, preços sociais, de maneira a que tenham programa cultural acessível a todos, sem esquecer os eventos que vão sendo realizados sem receita, nomeadamente em termos de bilheteira, à semelhança do que vem sendo feito um pouco por todo o país, com o objetivo de dinamizar a economia local e de atrair pessoas para se fixarem no concelho.-----

---- Continuando, e pronunciando-se quanto à Feira da Vinha e do Vinho, admitiu que fizeram um pouco mais de investimento, do qual disse não se arrependem, mas acrescentou que, ainda assim, em relação a concelhos vizinhos, estão muito aquém daquilo que é o seu programa de animação. Sublinhou, contudo, que realizam o evento à medida do Município de Anadia, têm conseguido alguns patrocínios, o que, relativamente às edições e aos mandatos anteriores, não ia sendo trabalhado, e cobram bilheteira, quando, no passado, havia edições com entradas gratuitas, porque, de outra forma, teriam um valor de receita ainda inferior. Concluiu, dizendo que têm tentado melhorar e diversificar o cartaz cultural da Feira da Vinha e do Vinho, até porque os expositores e os próprios patrocinadores participam e apostam na Feira em função do cartaz apresentado, porque para eles também conta o retorno que daí pode advir.-----

---- Sobre a certificação legal das contas da WRC, transmitiu a sua congratulação pelo facto de o ROC da WRC ter sido objetivo e transparente na avaliação que fez, cuja leitura não foi tão evidente nos anos anteriores, também porque as regras de apresentação da certificação legal de contas sofreram alteração, nomeadamente na forma e conteúdo de apresentação do documento. A respeito do tema, acrescentou, apenas, ser uma entidade que necessita de particular reflexão do Executivo Municipal sobre o modo de funcionamento e sua gestão no futuro.-----

---- Comentando a questão do abastecimento de água, reforçou que existem investimentos em termos do setor da água que não se refletem na rubrica do abastecimento de água, porque se incluem na rubrica da mobilidade territorial, ou na rubrica das vias, não estando, assim, extrapolada

a verdadeira percentagem desse investimento, dando como exemplo algumas pavimentações que são realizadas e em que antecede a substituição da rede de água.-----

---- Pronunciando-se relativamente à questão do desemprego, revelou que essa matéria constitui uma preocupação não só para o Município de Anadia, como para todos os Municípios do país, essencialmente pela ainda elevada taxa de desemprego, e não pela falta de empregabilidade, porque existe, de facto, emprego, mas existe, também, uma taxa de desemprego que não corresponde à oferta disponível de emprego. Reforçou, então, ser uma preocupação para a Câmara Municipal, na medida em que as autarquias continuam muito limitadas na contratação de pessoal, mas também pelas empresas do concelho que têm dificuldade em encontrar pessoas que queiram trabalhar, situação que se verifica, também, atualmente, com empresas de um concelho vizinho, acrescentou.---

---- Sobre a juventude, afirmou que a maioria no Executivo fez apostas na juventude, apesar de nem tudo se resolver com as medidas que foram sendo delineadas, tal como o *Invest em Anadia*, que esclareceu ser um programa que não tem limite, que define medidas e orientações a seguir, que têm vindo, algumas delas, a ser seguidas, e que crê virem a dar frutos no futuro. Adiantou, entretanto, que vão trabalhando para tal, no apoio concedido às empresas, na requalificação das Zonas Industriais, na celebração de protocolos com algumas entidades, como a AIDA, a ABIMOTA, e muito recentemente com o IAPMEI, que se aproxima do concelho de Anadia para dar um apoio em proximidade aos investidores. A propósito, deu nota de que no próximo mês de abril faria chegar essa informação ao Executivo, antecipando, desde logo, que o IAPMEI iria passar a realizar algumas ações de proximidade no Município de Anadia, de esclarecimento, nomeadamente aos investidores. Referiu, ainda, que continuam a adquirir terrenos e a infraestruturar outras zonas com potencial para outros investidores, o que considera imprescindível, porquanto se cada Município não tiver oferta para os investidores, mais difícil se torna essa captação de investimento.-----

---- Não deixou de confirmar, ainda, que o apoio às Juntas de Freguesia foi aumentando, destacando positivamente o facto de os apoios atribuídos atualmente às Freguesias serem claros no montante, porque cada Freguesia sabe, à partida, o que lhe cabe, de acordo com as percentagens atribuídas e em função do seu FEF. Não menos importante, sublinhou, é o facto de saberem os investimentos que os Presidentes de Junta propõem e executam, porque, como frisou, não dão dinheiro por dar, dão dinheiro, sim, para que eles consigam concretizar os seus projetos, as suas obras, os seus investimentos. Nesse sentido, reconheceu que tem sido positiva, também, a atuação dos Presidentes de Junta, que tiveram de se ajustar a essa realidade e cumprir as regras estabelecidas nos respetivos acordos, com responsabilidade e com rigor na apresentação dos documentos à Câmara Municipal.-----

---- Antes de terminar, revelou concordar que todos gostariam que fosse feito ainda mais e melhor, se possível, um desejo que crê ser unânime a todos. Não obstante, transmitiu que não poderia deixar de se congratular, apesar das dificuldades sentidas, desde o início do mandato, na elaboração dos orçamentos, na forma como têm de realizar as despesas, e cada vez com mais constrangimentos, sem esquecer as dificuldades em encontrar o apoio dos fundos comunitários sem recorrer a empréstimos

bancários. A propósito, recordou que foi já neste mandato que prescindiram de um empréstimo bancário, cujo procedimento tinha sido iniciado no mandato anterior, sem, contudo, deixar de honrar os compromissos entretanto assumidos.-----

---- Em conclusão, sublinhou que têm resultados líquidos, indicadores que revelam a saúde financeira do Município e um saldo de gerência que permite reforçar o orçamento de dois mil e dezassete e fazer face a alguns investimentos que necessitam de ser feitos, para responderem àquilo que são as ações previstas no âmbito da ARU, mas também os compromissos no âmbito do que foi contratualizado com a CIRA, e no desejo de conseguirem, ainda, encontrar outros apoios e outra forma de se poderem candidatar.-----

---- Finalizado o período de apreciação e discussão da proposta, a Senhora Presidente da Câmara Municipal submeteu o documento à votação, tendo o Executivo deliberado, por maioria, com as abstenções do Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e da Senhora Vereadora, Dr.ª Lúcia Filipe Seabra, ambos eleitos pelo PSD, e do Senhor Vereador Independente, eleito pelo MIAP, Prof. Litério Augusto Marques, aprovar os documentos de prestação de contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e dezasseis, e, em cumprimento do disposto na alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atualizada, submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, os quais apresentam os seguintes valores:-----

---- Demonstração dos resultados e os Mapas de Execução Orçamental: documentos que evidenciam um total de dezassete milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, setecentos e oitenta e sete euros e noventa e oito cêntimos (€ 17.472.787,98), de despesa paga, e um total de vinte e cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil, seiscentos e setenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos (€ 25.627.675,84), de receita cobrada;-----

---- Balanço: documento que evidencia um total de cento e trinta e três milhões, trezentos e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta e sete euros e dois cêntimos (€ 133.349.757,02), e um total de fundos próprios de oitenta e oito milhões, duzentos e noventa e dois mil, duzentos e doze euros e dezasseis cêntimos (€ 88.292.212,16), incluindo um resultado líquido de quatrocentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e nove euros e quarenta e quatro cêntimos (€ 425.169,44).-----

---- O Executivo tomou ainda conhecimento do Documento do Património do Município de Anadia referente ao ano dois mil e dezasseis.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **2. PROPOSTA DE PRIMEIRA REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ANADIA PARA DOIS MIL E DEZASSETES (2017):-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a proposta de primeira revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia para dois mil e dezassete (2017), que se dá como transcrita e

é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- Uma das competências materiais da Câmara Municipal, prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, é a de elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal as opções do plano e a proposta do orçamento, assim como as respetivas revisões.-----

---- Em cumprimento desse dispositivo legal, foi elaborado o Orçamento Municipal, Opções do Plano para o ano dois mil e dezassete (2017), em conformidade, respetivamente, com o quadro e código de contas estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, objeto das alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelos Decreto-lei n.º 315/2000, de 02 de dezembro, e Decreto-lei n.º 84-A/2002, de 05 de abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro.-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe, assim, que o Executivo aprecie o documento anexo, que contempla a Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia para dois mil e dezassete (2017), e delibere no sentido de o submeter à Assembleia Municipal para aprovação, em cumprimento do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- Analisado o documento, o Executivo deliberou, por maioria, com as abstenções do Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e da Senhora Vereadora, Dr.ª Lúcia Filipe Seabra, concordar com a proposta relativa à primeira revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia para dois mil e dezassete, e, em cumprimento da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- No período de apreciação da proposta, a Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por fazer o enquadramento legal da proposta, sublinhando que, no caso em concreto, a pretensão passa pela incorporação do saldo apurado no exercício de dois mil e dezasseis, no valor de oito milhões, cento e cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete euros e oitenta e seis cêntimos, distribuído pelas diferentes rubricas das Grandes Opções do Plano. Referiu, ainda, que não existe apenas um reforço de dotação em algumas rubricas das atividades mais relevantes, mas, também, no plano plurianual de investimentos.-----

---- Aproveitou, então, para destacar alguns dos valores mais elevados do plano plurianual de investimentos, nomeadamente a requalificação e conservação de edifícios, requalificação dos caminhos florestais, a requalificação da Escola de Mogofores, a requalificação de acessibilidades integradas nas freguesias do concelho, os reforços na ARU, elencando, também, alguns investimentos em determinadas vias, como a trezentos e trinta e quatro, desde o IC dois à variante da duzentos e trinta e cinco, a Rua das Sobreiras, em Anadia, a intervenção das infraestruturas no

loteamento que pretendem implementar nos terrenos adquiridos, onde se encontravam localizadas as antigas instalações das Caves Neto Costa, as estações elevatórias, intervenções na rede de águas, aquisição de viaturas para recolha de resíduos sólidos urbanos, as ciclovias, reforço nas piscinas municipais, na rede viária, na prevenção rodoviária, na sinalização e trânsito, nas vias, nos arranjos envolventes ao Mercado de Vilarinho do Bairro.-----

---- Na parte das atividades mais relevantes, destacou também alguns dos investimentos a realizar, com especial enfoque para o maior reforço destinado à remodelação e ampliação do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Anadia, resultado do protocolo recentemente aprovado pelo Executivo Municipal, o apoio às IPSS, nomeadamente para Amoreira da Gândara, o apoio técnico especializado para a construção da Pista de BMX, também resultado do protocolo aprovado pelo Executivo Municipal, e ainda um reforço do apoio a conceder às Juntas de Freguesia, correspondente a vinte e cinco por cento do FEF.-----

---- Sublinhou, também, o maior reforço, nos mapas da distribuição, para as funções sociais, seguindo-se as funções económicas e as funções gerais, destacando, ainda, a referência feita quanto ao cumprimento da regra de que a receita corrente bruta cobrada deve ser, pelo menos, igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias dos empréstimos a médio e longo prazo.-----

---- O Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, interveio de seguida para dar dois ou três apontamentos, começando por dizer que, aquando da discussão dos documentos previsionais para dois mil e dezassete, todos se recordariam que ele próprio, e a Senhora Vereadora, Dr.ª Lígia Filipe Seabra, em determinadas áreas, teceram algumas críticas relativamente ao facto de algumas rubricas estarem insuficientemente dotadas. Acrescentou, então, que esta primeira revisão veio exatamente confirmar esse exercício crítico que fizeram na altura, porque, explicou, se percorrerem algumas das áreas que vão absorver o saldo de gerência, confirmam que as críticas apresentadas fazem algum sentido. Transmitiu, ainda, que se conseguirem entroncar aquilo que foi a discussão dos documentos previsionais para dois mil e dezassete, e a análise da prestação de contas para dois mil e dezasseis, há pontos que se tocam, que são concordantes, outros que se sobrepõem, em termos de análise crítica, o que vem dar mais força ao que foi referido.-----

---- Aproveitou para salientar positivamente a requalificação dos caminhos florestais, uma matéria que tanto criticaram e que, com agrado, veem consagrado, na revisão em apreciação, um reforço nas grandes opções do plano, nomeadamente no PPI, no valor de duzentos e cinquenta mil euros. Outro aspeto que recordou terem sido também críticos, que considera positivo e que convém salientar, tem a ver com o abastecimento de água, que contempla um reforço de verba de cento e cinquenta mil euros para a remodelação das redes de água.-----

---- Não deixou de salientar, igualmente, uma outra rubrica que exhibe uma dicotomia positivo/negativo, ou seja, com um aspeto positivo, mas também com uma carga negativa - a desativação da ETAR de Arcos. Referiu, então, tratar-se de uma rubrica que aparece sistematicamente, desde o início do mandato, e que não se compreende, revelando não ser aceitável que se encontre decorrido tanto tempo para resolver a questão, e que ainda perdure, concluindo,

assim, fazer votos e fé para que consigam, definitivamente, desativar aquele gravíssimo problema.---

---- Quanto à rubrica destinada aos resíduos sólidos, verificam que também está dotada com um valor de trezentos e quarenta mil euros, precisamente para aquisição de viaturas de recolha de resíduos sólidos urbanos, e de limpeza urbana, o que considera importante e que vem tentar contrariar as críticas que foram sendo feitas, relativamente a essa matéria, de falta de recolha, por um lado, e, inclusive, de falta de alguma limpeza. Em resumo, revelou esperar, portanto, que aquilo possa ser uma forma decisiva e que possa contribuir para resolver alguns problemas que foram apontando.-----

---- Outrossim, não deixou de destacar, também positivamente, um outro aspeto no âmbito da eficiência energética. Admitindo que sobretudo as piscinas municipais são garantidamente, em termos percentuais, o polo de maior ineficiência energética e onde se acumulam gastos completamente exacerbados, independentemente do tipo de energia que estiver em causa, aproveitou para lamentar o facto de o quadro comunitário não ser simpático, na matéria em questão, para as autarquias, e revelou, ainda, esperar uma alteração ao regulamento do POSEUR em vigor, que permita mudar as condições para acederem aos apoios no âmbito da eficiência energética. Acrescentou, ainda, que, como está, não tem dúvida em dizer que é preferível a qualquer Município recorrer a empréstimos bancários do que à teia burocrática do POSEUR e do Portugal 2020, face à complexidade do regulamento. Concluiu, dizendo que o proposto, de algum modo, vai entroncar no PDCT (Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial) da CIRA, por se tratar de obras previstas no Pacto Territorial.-----

---- Por outro lado, constatou que a inclusão do saldo em dois mil e dezassete também permite, de algum modo, que o Executivo dê resposta a algumas decisões que já tomou em dois mil e dezassete, nomeadamente no que diz respeito ao apoio para a requalificação do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Anadia.-----

---- Não deixou de destacar, também, que o documento demonstra o apoio às Juntas de Freguesia, uma crítica, aliás, que apresentou um pouco antes, de que entendia que as Juntas de Freguesia deveriam ser apoiadas. Concluiu, então, que algumas das críticas que foram apresentando, de algum modo, estavam plasmadas no documento proposto. Não obstante, transmitiu que poderiam ter sido definidas como critério outras questões, mas reconhece tratar-se de opções da Senhora Presidente e da maioria, o que é revelador de que, em alguns aspetos, têm pontos de vista diferentes, mas que considera ser de salutar.-----

---- A finalizar, recordou que aquando da apresentação dos documentos previsionais para dois mil e dezassete, ele próprio e a Senhora Vereadora, Dr.ª Lúcia Filipe Seabra, abstiveram-se por um fator de circunstâncias que na altura justificaram. Apesar de entenderem que existe resposta para algumas das questões que apresentaram, por via daquela primeira revisão, antecipou, contudo, haver ainda muitas situações que poderiam ter sido melhoradas. E, nesse sentido, declarou que os aspetos que registou como positivos não os levam a votar contra, levam-nos, de algum modo, a entender e a salientar como algo positivo, havendo outras coisas que poderiam ter sido consagradas. Em todo o

caso, e apesar de constatar um certo reforço à ação social, relativamente à qual também foi crítico, declarou que se iriam abster na matéria em apreciação.-----

---- Também para se pronunciar sobre a matéria, tomou a palavra o Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, que começou por referir que aqueles dinheiros sobram, porque nem sempre há oportunidade, em termos temporais, de utilizar tudo o que é orçamentado no orçamento municipal, e normalmente, por circunstâncias de vária ordem, existe, então, a possibilidade de sobrar dinheiro. Defendeu, entretanto, que aquelas sobras de dinheiro trazem alguma oportunidade para obras, para projetos, e esclareceu não estar para complicar as opções do Executivo e da Senhora Presidente da Câmara Municipal, que terá ido até onde entendeu que seria mais necessário, em função dos compromissos, alguns até anteriormente assumidos. A finalizar, declarou que, entendendo a Senhora Presidente ser aquela a melhor forma de aplicar o saldo, votaria favoravelmente.-----

---- Recuperando a palavra, o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, recordando estarem a falar de um saldo que transita de dois mil e dezasseis para dois mil e dezassete, esclareceu que as críticas que foram tecendo ao longo do tempo, e que agora, de algum modo, acabam por ser atenuadas em face da revisão, poderiam ter sido resolvidas anteriormente, porquanto havia saldo, havia dinheiro, havia receita, havia liquidez. Acrescentou que algumas dessas obras, em grande medida, já poderiam ter sido executadas no exercício orçamental anterior e não necessitariam de ter sido arrastadas para dois mil e dezassete, situação que constitui um fator determinante para o sentido de voto. Continuando, referiu que, ainda que não seja essa a intenção da Senhora Presidente, subjaz a ideia de que foi construindo um mealheiro para, em ano de eleições, fazer obra.-----

---- Ainda a propósito, sublinhou não ser de estranhar, quando verificam a evolução dos dados dos Municípios, e as suas taxas de execução, que, casualmente, ou não, em ano de eleições é quando existe sempre um maior volume de investimento, de obras e de apoios, concluindo haver sempre uma tendência, um deslizar, para que em ano de eleições haja um pouco mais de obra.-----

---- Não deixou de admitir, também, que, muitas vezes, alguns projetos coincidem em ano de eleições porque são planos plurianuais, são lógicas que terminam a dois, três, quatro anos, sublinhando não lhe parecer, todavia, e com base no que se encontra plasmado na revisão, que se verifique alguma das circunstâncias de ser uma lógica plurianual, mas, sobretudo, obras que foram estando, que foram sendo retiradas, e que aparecem uma vez, concluindo, assim, estar a falar de adiamento de alguns investimentos. Em todo o caso, reiterou haver aspetos positivos e, por isso, reforçou o voto de abstenção.-----

---- A terminar o período de apreciação da proposta, a Senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou que logicamente está preparada para a leitura que poderá ser feita de que se trata de uma medida eleitoralista, um pouco à semelhança da questão das percentagens, que sabem que são trabalhadas, porque as pessoas fazem as leituras da forma que bem entendem. Mas, sublinhou que o sentido de oportunidade é decisivo e as situações estão a acontecer no momento, como, aliás, seria do conhecimento do Senhor Vereador que trabalha na área, acrescentando que quem se seguir terá um trabalho muito mais facilitado, porque as situações estão, presentemente, a entrar na linha, em

diversas áreas. Apresentou o caso da questão das Juntas de Freguesia, dos fundos comunitários, para reforçar que começam a delinear-se as linhas de orientação, algo que não tiveram no início do mandato, salientou, sob pena, também, de haver muito dinheiro desperdiçado, por falta de aproveitamento.-----

---- Recuperando as palavras proferidas pelo Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, reconheceu que algumas das obras já poderiam ter sido iniciadas, mas não deixou de reforçar que, no âmbito dos fundos comunitários, primeiro, para algumas ainda não viram o seu enquadramento, depois outras não podem ser encerradas física e financeiramente. Oportunamente, apresentou o caso concreto da empreitada da Loja do Cidadão, que não se encontra fechada por umas questões mínimas, e também o caso da obra da Fonte da Azenha, cujos atrasos permitiram entrar no acelerador de investimento e conseguir um pouco mais de duzentos mil euros.-----

---- Reportando-se ao caso das piscinas municipais, e apesar de estar no plano da contratualização, revelou ter dúvidas, ainda, se vão conseguir chegar ao previsto, porque para conseguirem justificar terão de elevar dois níveis na certificação, e, para tal, o Município tem de fazer um investimento brutal para conseguir atingir esse patamar e ir buscar aquele dinheiro. Portanto, afirmou que irão investir no que se revela efetivamente necessário em termos de eficiência energética, nem que seja do orçamento municipal, independentemente do que se encontra previsto no capítulo da eficiência energética. Reforçou, sem dúvida alguma, que as piscinas municipais necessitam de intervenção, de manutenção e de substituição de equipamentos, porque algum não se encontra nas suas capacidades, em termos de funcionamento, pelo desgaste, mas, também, pela necessidade de reduzir a fatura da energia e do gás. Assim, considerou não se tratar de uma medida eleitoralista, porque a intervenção, que necessita do processo devidamente instruído para lançar a obra a concurso, ocorrerá depois das eleições, à semelhança da empreitada do Mercado de Vilarinho do Bairro.-----

---- Aproveitou para recordar que o orçamento para dois mil e dezasseis foi preparado em setembro de dois mil e dezasseis, numa altura em que não tinham a certeza de tudo o que conseguiria ser feito até ao final do ano, por variados motivos, e em que desconheciam a receita, sublinhando que os documentos foram elaborados em função da receita que conheciam àquela data e à medida do que tinham. Referiu, ainda, que foi mesmo no final de dezembro que foi paga a quase totalidade dos cinco por cento em termos de *overbooking*, porque alguém também tinha interesse em despachar esses cinco por cento para justificar a sua execução, reforçando, assim, que os documentos foram elaborados quatro meses antes do final do ano e de conhecerem a totalidade da receita a arrecadar até então.-----

---- Falando dos caminhos florestais, com verba reforçada naquela revisão, deu a conhecer que foi feita uma candidatura de apoio a esses caminhos, na expectativa, também, de alguma participação. Independentemente disso, esclareceu, têm o orçamento municipal a trabalhar, por se tratar de uma necessidade, não só por causa da época que se aproxima, mas porque, de facto, muitos dos caminhos florestais, depois dos fogos, encontram-se intransitáveis.-----

---- Confirmou, entretanto, o reforço ao abastecimento de água, até pela necessidade de

intervenção nos depósitos de água.-----

---- Sobre a desativação da ETAR de Arcos, começou por dar duas notas. Aquando da elaboração dos documentos previsionais para dois mil e dezassete, transmitiu que foi, por lapso, feita a referência à ETAR de Mogofores, o que não faz qualquer sentido, na medida em que essa ETAR já foi efetivamente desativada, e o sistema cortado, tendo sido também concluída a empreitada, em cumprimento do caderno de encargos. Quanto a Arcos, informou que existe uma obra que já foi feita, mas existe ainda um troço que já foi adjudicado, e que já devia ter sido iniciado, que é a intervenção de Arcos até ao cruzeiro, para poder ser desativada a ETAR de Arcos.-----

---- Pronunciando-se sobre a recolha de resíduos sólidos urbanos, afirmou que andam um pouco em contraciclo, porque os Municípios vizinhos andam todos a adjudicar a contratação dessa recolha e a limpeza urbana. O Município de Anadia, se adotar esse procedimento, aumentará as prestações de serviços, ou dos encargos com trabalhos especializados, mas, como disse, anda em contraciclo, também porque já se apercebeu dos preços praticados, por tonelada, comparativamente aos preços do Município de Anadia, e o preço efetivamente implicado na recolha de resíduos sólidos urbanos. Acrescentou, assim, que, no caso de contratar esse serviço, teriam de fazer um acréscimo das tarifas de resíduos sólidos, à semelhança do que é feito pelos outros Municípios, pelo que adiantou que o Município de Anadia, para ter a tarifa social aplicada aos resíduos sólidos urbanos, vai tentando fazer, ainda, com os meios próprios e com os recursos humanos que são em menor número.-

---- Sobre o comentário relativo a mealheiro, esclareceu não se tratar de qualquer mealheiro, mas admitiu que foi amealhada alguma verba, fruto das várias situações que foram acontecendo, e, independentemente do ciclo eleitoral, não investirem só porque efetivamente havia necessidade, mas porque também têm de ter esse equilíbrio, que considera justo fazer, para não comprometer os Executivos vindouros. Aproveitou a oportunidade para lembrar que o concurso para execução da empreitada de requalificação do Mercado de Vilarinho do Bairro foi lançado, sendo as propostas abertas no dia três de abril, e que não tinham a totalidade da verba na rubrica, mas adiantou que a mesma foi dotada por via de uma alteração orçamental.-----

---- **DELIBERAÇÕES - FORMA DE VOTAÇÃO:**-----

---- Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal.-----

---- Nada mais havendo a tratar, e tendo sido considerados findos os trabalhos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, declarou encerrada a reunião, quando eram onze horas e vinte e cinco minutos e, de tudo para constar, se lavrou a presente Ata, que eu, Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, redigi, subscrevi e assino.-----